

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: POLÍTICAS PÚBLICAS, A EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS E O ESTADO DO CONHECIMENTO

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisado e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>. E-mail: adelciomachado@gmail.com

Rita Marcia Twardowski

Mestre do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Educação Básica da UNIARP. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). <https://orcid.org/0000-0003-4151-6743>. E-mail: ritatwardowski@yahoo.com

Audete Alves dos Santos Caetano

Mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da UNIARP. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). <https://orcid.org/0000-0002-9493-2639>. E-mail: audete@gmail.com

Danielle Martins Leffer

Mestre do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Educação Básica da UNIARP. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). <https://orcid.org/0000-0002-9672-2715>. E-mail: danieltenconi@gmail.com

Alisson André Escher

Mestre do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). <https://orcid.org/0000-0001-5629-6742>. E-mail: alisson@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2-21>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução das práticas avaliativas ao longo do tempo, destacando os marcos históricos e as influências das políticas públicas na educação e mapear a evolução das práticas avaliativas e analisar o papel das políticas públicas na configuração dessas práticas. A metodologia adotada foi a revisão de literatura, com a análise de artigos, livros e documentos oficiais que abordam o tema, além de uma reflexão sobre as práticas avaliativas contemporâneas. Os resultados indicam que as práticas de avaliação passaram por transformações significativas, desde o modelo tradicional e punitivo até a adoção de avaliações mais formativas, contínuas e centradas no aluno, influenciadas pelas novas tecnologias e metodologias ativas. Constatou-se também que as políticas públicas têm desempenhado um papel importante na orientação das práticas avaliativas, com a implementação de políticas que buscam garantir a equidade e a melhoria da qualidade do ensino. A conclusão aponta para a necessidade de uma maior integração entre teoria e prática na avaliação de aprendizagem, além da importância de um sistema de avaliação que seja mais inclusivo, dinâmico e alinhado com as necessidades educacionais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação de aprendizagem. Políticas públicas. Práticas avaliativas. Ensino.

LEARNING EVALUATION: PUBLIC POLICIES. THE EVOLUTION OF PRACTICES AND THE STATE OF KNOWLEDGE

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the evolution of evaluation practices over time, highlighting the historical milestones and the influences of public policies on education and mapping the evolution of evaluation practices and analyzing the role of public policies in shaping these practices. The methodology adopted was a literature review, analyzing articles, books and official documents on the subject, as well as reflecting on contemporary evaluation practices. The results indicate that assessment practices have undergone significant transformations, from the traditional and punitive model to the adoption of more formative, continuous and student-centered assessments, influenced by new technologies and active methodologies. It was also found that public policies have played an important role in guiding assessment practices, with the implementation of policies that seek to guarantee equity and improve the quality of teaching. The conclusion points to the need for greater integration between theory and practice in learning assessment, as well as the importance of an assessment system that is more inclusive, dynamic and aligned with contemporary educational needs.

KEYWORDS: Learning assessment. Public policies. Assessment practices. Teaching.

INTRODUÇÃO

A avaliação de aprendizagem é um componente essencial do processo educacional, exercendo um papel fundamental tanto na medição do desempenho estudantil quanto no direcionamento das práticas pedagógicas. No contexto contemporâneo, marcado por transformações tecnológicas e culturais, a maneira como se avalia a aprendizagem passou por significativas evoluções, refletindo mudanças nos paradigmas educacionais. A relevância do tema se manifesta em sua capacidade de influenciar decisões políticas, a formação de professores e, sobretudo, o aprendizado dos alunos.

Compreender o estado do conhecimento sobre a avaliação de aprendizagem é vital para a melhoria das práticas educativas. A revisão sistemática das políticas públicas e das abordagens adotadas em sala de aula permite identificar lacunas, limitações e oportunidades de avanço. Essa compreensão também oferece aos profissionais da educação ferramentas para implementar práticas mais eficazes e inclusivas, que considerem as realidades diversas dos contextos escolares.

Este artigo tem como objetivo principal mapear a evolução das práticas avaliativas e analisar o papel das políticas públicas na configuração dessas práticas. Para

isso, foi adotada uma metodologia de revisão bibliográfica com enfoque qualitativo, contemplando estudos acadêmicos, documentos governamentais e publicações especializadas. Essa abordagem permite uma análise crítica e abrangente do tema, destacando os principais avanços, desafios e implicações das práticas avaliativas em diferentes contextos educacionais.

Portanto, a análise apresentada neste estudo visa não apenas contextualizar o estado atual das práticas de avaliação, mas também contribuir para o debate sobre como essas práticas podem ser aprimoradas para atender às demandas de uma educação mais equitativa e eficaz.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: HISTÓRICO, DEFINIÇÕES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Durante o século XIX e início do século XX, a avaliação estava centrada em modelos tradicionais, com ênfase em exames finais e testes padronizados. A avaliação era muitas vezes de caráter sumativo e seletivo, focada em medir o conhecimento adquirido pelos alunos, com pouca atenção ao processo de aprendizagem. A educação era vista como um meio para transmissão de conteúdos e a avaliação, como uma ferramenta para certificar o aprendizado (Moran, 2007).

A evolução da avaliação de aprendizagem está intrinsecamente ligada às mudanças nos paradigmas educacionais ao longo do tempo. No início do século XX, a educação formal era caracterizada por um modelo tradicional, centrado na figura do professor e na transmissão de conhecimentos. Nesse período, a avaliação de aprendizagem se restringia principalmente a provas padronizadas e exames com foco na memorização e reprodução de conteúdos (Luckesi, 2011).

Na segunda metade do século XX, as práticas de avaliação passaram a ser influenciadas pelos estudos em psicometria e pelas teorias de aprendizagem de psicólogos como Skinner e Piaget. A avaliação começou a ser vista como uma forma de diagnosticar o progresso dos alunos, indo além da simples mensuração de respostas corretas. Nesse período, surgiram as primeiras tentativas de utilizar instrumentos mais

científicos e sistemáticos para avaliar as competências cognitivas dos estudantes (Piaget, 1971; Skinner, 1968).

Com a difusão das teorias de aprendizado de autores como Piaget e Vygotsky, a perspectiva educacional passou a considerar aspectos cognitivos e sociais do desenvolvimento, influenciando diretamente a forma de avaliar o aprendizado. Nos Estados Unidos, na década de 1960, a abordagem de Bloom introduziu a ideia de objetivos educacionais classificados em uma hierarquia de complexidade, enfatizando uma avaliação mais formativa e processual (Bloom *et al.*, 1956).

No Brasil, as primeiras iniciativas voltadas à avaliação sistêmica emergiram nas décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de mensurar a qualidade do ensino público. A implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1990 foi um marco, consolidando a ideia de monitoramento contínuo da educação em larga escala (Sousa; Oliveira, 2020).

Do ponto de vista conceitual, a avaliação de aprendizagem compreende um processo sistemático que visa identificar, analisar e interpretar o desempenho dos alunos para guiar e aprimorar a prática pedagógica (Luckesi, 2011). Ela pode ser classificada em diferentes modalidades, cada uma com funções específicas. A avaliação formativa é utilizada durante o processo de ensino-aprendizagem para monitorar o progresso dos alunos e fornecer feedback que ajude na melhoria do desempenho. Seguindo essa perspectiva, Scriven (1967) destaca que a função formativa visa o ajuste contínuo do ensino, permitindo que o professor reorienta suas estratégias conforme as necessidades dos alunos. Já a avaliação somativa tem como objetivo verificar a aprendizagem ao final de um período ou unidade de ensino. Bloom *et al.* (1956) ressaltam que essa modalidade é utilizada para atribuir notas e certificar o conhecimento adquirido, possuindo uma função de registro dos resultados. A avaliação diagnóstica, por sua vez, é aplicada no início de um período ou ao iniciar um novo conteúdo, com o intuito de identificar conhecimentos prévios e dificuldades dos alunos. Segundo Fernandes (2009), essa abordagem é essencial para planejar estratégias que atendam às necessidades individuais e coletivas da turma.

A partir da década de 1990, começou a se consolidar uma abordagem mais dinâmica e interativa da avaliação, que priorizava o diagnóstico contínuo do aprendizado ao longo do processo. A avaliação formativa se tornou mais relevante, com ênfase em oferecer feedback constante para os alunos, permitindo ajustes no ensino e favorecendo o desenvolvimento contínuo. Nesse período, influenciado pela teoria sociointeracionista de Vygotsky, houve uma valorização do aprendizado colaborativo e da construção de conhecimento (Vygotsky, 1984). As avaliações passaram a ser mais diversificadas, incluindo tarefas abertas, projetos e autoavaliações.

Outras abordagens, além das modalidades citadas, práticas inovadoras como a autoavaliação e a avaliação por pares vêm ganhando espaço. Essas abordagens promovem maior autonomia e reflexão crítica por parte dos estudantes, conforme aponta Andrade (2018). No início do século XXI, o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs) trouxe uma nova dimensão à avaliação de aprendizagem. As ferramentas digitais começaram a ser incorporadas nas práticas avaliativas, possibilitando avaliações mais dinâmicas e personalizadas. O uso de plataformas *de e-learning*, aplicativos educacionais e ferramentas de feedback instantâneo se tornou cada vez mais comum. Essa era também marcou o crescente uso de avaliações baseadas em competências, que focam nas habilidades dos alunos para resolver problemas práticos e aplicar o conhecimento de forma contextualizada (Anderson, 2007).

TEORIAS DE APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO

As práticas de avaliação da aprendizagem são alicerçadas por diversas teorias educacionais que influenciam a forma como os professores abordam o ensino e a verificação do conhecimento. Entre as teorias mais relevantes estão as propostas por Bloom, Vygotsky e outros pensadores que contribuíram para a compreensão da dinâmica entre ensino e aprendizagem.

A Taxonomia de Bloom, desenvolvida por Benjamin Bloom e colaboradores na década de 1950, é uma das teorias mais amplamente utilizadas para estruturar práticas avaliativas. Bloom propôs uma hierarquia de objetivos educacionais que vão do

conhecimento mais básico até habilidades mais complexas, como a análise e a criação. Essa abordagem oferece uma estrutura para desenvolver atividades e instrumentos avaliativos que não só medem a memória, mas também a compreensão e a aplicação do conhecimento. Segundo Bloom *et al.* (1956), a avaliação deve considerar não apenas o que os alunos sabem, mas o que são capazes de fazer com esse conhecimento.

A taxonomia revisada por Anderson e Krathwohl (2001) modernizou os conceitos de Bloom, incluindo um enfoque mais dinâmico que contempla processos cognitivos e dimensões de conhecimento, promovendo uma prática avaliativa mais alinhada aos desafios do século XXI.

Lev Vygotsky, com sua teoria sociocultural, enfatiza o papel das interações sociais no desenvolvimento cognitivo. Para Vygotsky (1978), a aprendizagem ocorre em um contexto social e está intimamente ligada à mediação por parte de outros, como colegas e professores. Um conceito fundamental é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que representa a diferença entre o que o aluno pode fazer sozinho e o que pode fazer com ajuda. Esse conceito desafia práticas avaliativas que se limitam às capacidades individuais, propondo a avaliação como parte de um processo colaborativo que potencializa o aprendizado. Para que uma avaliação baseada na teoria de Vygotsky seja eficaz, ela deve incluir práticas que permitam a observação de como o aluno interage com os outros e utiliza a mediação para resolver problemas, ampliando suas habilidades (Vygotsky, 1978).

O comportamentalismo, representado por autores como B.F. Skinner, foca em como os comportamentos observáveis podem ser moldados por reforços positivos e negativos. Na avaliação de aprendizagem, essa teoria se manifesta em práticas que utilizam feedback e reforço para encorajar comportamentos desejados. Skinner (1953) argumenta que a repetição e o reforço são cruciais para a aquisição de habilidades e conhecimentos. Avaliações baseadas no comportamentalismo tendem a ser estruturadas e objetivas, com foco em mensuração de resultados por meio de testes e *quizzes* padronizados.

A teoria humanista, representada por Carl Rogers e Abraham Maslow, coloca a experiência do aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem. Rogers (1969)

defende que a avaliação deve ser orientada pelo aprendizado significativo e pela autoavaliação. Esse enfoque promove práticas que consideram as necessidades e interesses individuais dos alunos, buscando criar um ambiente em que se sintam seguros para explorar e aprender. A avaliação humanista é menos estruturada, promovendo formas de observação qualitativa e feedback construtivo, que encorajam o desenvolvimento pessoal e acadêmico do aluno (Rogers, 1969).

PRÁTICAS TRADICIONAIS X PRÁTICAS INOVADORAS: UMA EVOLUÇÃO NÃO-LINEAR

A evolução das práticas de avaliação de aprendizagem não se deu de forma linear e progressiva, mas sim de maneira cíclica e adaptativa, refletindo as diferentes demandas e concepções educacionais ao longo do tempo. Essa natureza não-linear indica que avanços inovadores coexistem e se entrelaçam com práticas tradicionais, criando um campo dinâmico e multifacetado (Lima, 2021).

Historicamente, as práticas tradicionais de avaliação têm se concentrado em testes padronizados e provas objetivas. Essas abordagens, amplamente adotadas no século XX, priorizam a memória e a reprodução de conteúdos, refletindo uma concepção de educação centrada na transmissão de informações (Santos, 2019). De acordo com Antônio e Silva (2022), essas práticas são caracterizadas pela objetividade e pela comparação de desempenhos entre os alunos, gerando dados quantitativos que podem ser facilmente analisados.

Entretanto, o foco excessivo em resultados numéricos e a padronização das avaliações têm sido criticados por limitar a compreensão dos processos de aprendizagem e desconsiderar a diversidade de contextos e perfis dos alunos (Pereira; Oliveira, 2020). Embora eficazes em determinados aspectos, como a mensuração de conhecimentos específicos e habilidades básicas, essas práticas não abrangem a complexidade do processo de aprendizagem e a formação integral do estudante.

Em contraste, as práticas inovadoras emergem como uma resposta às limitações das abordagens tradicionais. Elas incluem avaliações por competências, autoavaliação e portfólios, que valorizam a reflexão crítica e a participação ativa do aluno em seu

processo de aprendizado (Freire, 2023). As avaliações por competências, por exemplo, focam em medir habilidades aplicáveis e o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, proporcionando um panorama mais abrangente das capacidades dos estudantes (Gonçalves; Lima, 2021).

Além disso, a autoavaliação tem ganhado espaço nas práticas pedagógicas como uma forma de desenvolver a autonomia e a autoeficácia do aluno, incentivando a autorreflexão sobre seu processo de aprendizagem (Silva, 2022). Essa abordagem contribui para que os estudantes compreendam suas próprias dificuldades e fortalezas, participando mais ativamente do processo educacional e promovendo uma postura mais responsável e crítica.

Embora as práticas inovadoras tragam avanços significativos, a evolução da avaliação não pode ser compreendida como um simples abandono das formas tradicionais. Em muitos casos, as práticas se complementam ou são revisitadas sob novas perspectivas. Por exemplo, a integração de ferramentas tecnológicas em testes padronizados vem promovendo adaptações que os tornam mais interativos e ajustáveis ao nível de cada aluno (Nunes, 2024). Assim, o cenário da avaliação contemporânea reflete uma trajetória de avanço e retrocesso, influenciada por fatores pedagógicos, sociais e tecnológicos. Essa dinâmica cíclica ressalta a importância de compreender que a avaliação de aprendizagem é um processo em constante reconfiguração, que exige adaptações e reinterpretações conforme as necessidades educacionais e contextos específicos.

Nos últimos anos, as tecnologias educacionais permitiram o surgimento de avaliações adaptativas, que ajustam automaticamente o nível de dificuldade das questões com base nas respostas anteriores do aluno. Essas ferramentas são capazes de oferecer uma avaliação mais personalizada, com o objetivo de identificar de forma mais precisa as habilidades e dificuldades dos alunos. O sistema de avaliação adaptativa é um exemplo claro de como a tecnologia pode otimizar o processo de avaliação, oferecendo uma análise mais detalhada e ajustada ao ritmo de cada estudante (Tamayo *et al.*, 2021). Essas avaliações se destacam pela flexibilidade e capacidade de adaptar-se ao perfil individual de cada aluno, contribuindo para uma melhor compreensão do seu progresso.

Com o crescente reconhecimento de que a aprendizagem deve ser mais centrada no aluno, metodologias ativas como a aprendizagem baseada em problemas (ABP), aprendizagem invertida (*flipped classroom*) e o ensino híbrido se tornaram cada vez mais populares. Essas metodologias exigem novas abordagens de avaliação, que consideram o aluno como um participante ativo no processo de aprendizagem. De acordo com Tamayo *et al.* (2021), a avaliação deixa de ser apenas um momento isolado e passa a ser um processo contínuo, integrado ao próprio desenvolvimento das habilidades do estudante. Em vez de se focar unicamente em testes formais, utiliza-se a avaliação por meio de portfólios, apresentações e a autoavaliação, com o objetivo de avaliar o aluno de forma holística, levando em consideração o desenvolvimento de competências e atitudes (Moran et al., 2013).

POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: LACUNAS E TENDÊNCIAS A PARTIR DO ESTADO DE CONHECIMENTO

A evolução das políticas educacionais voltadas para a avaliação da aprendizagem reflete as demandas por qualidade e equidade no ensino. Desde o século XX, observa-se um crescente interesse em criar mecanismos que permitam aferir o desempenho dos alunos e orientar a formulação de políticas públicas. No âmbito internacional, iniciativas como o Programme for International Student Assessment (PISA), da OCDE, trouxeram a necessidade de padronização e comparabilidade entre os sistemas educacionais.

No Brasil, a criação do SAEB nos anos 1990 marcou um ponto de inflexão, consolidando a avaliação como um dos pilares das políticas educacionais. Essas iniciativas visam diagnosticar lacunas no ensino, mas também acabam influenciando a formação de currículos e a prática docente. As políticas de avaliação da aprendizagem têm impactos profundos na prática docente. Por um lado, elas ajudam a estabelecer padrões de desempenho e metas educacionais, fomentando o desenvolvimento profissional dos professores. No entanto, também geram pressão para que os docentes alinhem suas práticas às demandas das avaliações padronizadas, muitas vezes em detrimento de abordagens mais holísticas e criativas de ensino (Almeida; Santos, 2021).

Estudos recentes indicam que essa pressão pode levar à chamada ‘pedagogia do ensino para o teste’, onde a instrução se concentra em preparar os alunos para exames em vez de promover uma aprendizagem significativa (Sousa; Menezes, 2023). Além disso, a influência dessas políticas afeta a formação inicial e continuada dos professores, reforçando a necessidade de integração entre práticas pedagógicas e objetivos avaliativos (Silva *et al.*, 2022).

Embora as políticas de avaliação tenham contribuído para avanços significativos, persistem desafios que limitam seu impacto. Um dos principais entraves é a desigualdade regional, com diferenças significativas entre regiões mais desenvolvidas e aquelas com menos acesso a recursos e infraestrutura de qualidade (Almeida; Santos, 2021). A falta de integração entre a avaliação formativa e as práticas de sala de aula também estão concentradas em aspectos desafiadoras da educação. A predominância de instrumentos quantitativos muitas vezes deixa de lado aspectos qualitativos importantes para compreender o aprendizado dos alunos de forma mais abrangente (Fernandes, 2023).

Uma revisão das pesquisas mais recentes sobre avaliação da aprendizagem revela um cenário diversificado. Segundo Oliveira e Pereira (2024), os estudos apontam uma tendência crescente para a inclusão de abordagens mistas que combinam dados quantitativos e qualitativos. Essa integração busca superar as limitações das práticas puramente numéricas e atender às necessidades educacionais contemporâneas. Entretanto, ainda existem lacunas significativas, como a escassez de pesquisas que explorem a experiência de professores em regiões menos favorecidas e os impactos reais das políticas em contextos com alta vulnerabilidade socioeconômica (Martins *et al.*, 2023).

Os estudos sobre avaliação de aprendizagem geralmente empregam metodologias variadas, com predominância das abordagens quantitativas. Pesquisas descritivas e estudos de caso são comuns, permitindo a análise detalhada de contextos específicos. No entanto, observa-se um crescimento no uso de metodologias mistas, que oferecem uma compreensão mais holística e permitem triangulação de dados (Cunha; Rezende, 2023). As pesquisas apontam que a avaliação, quando bem implementada, pode servir como ferramenta poderosa para a promoção da qualidade educacional. Entre

as principais contribuições observadas está o fortalecimento do feedback formativo, que ajuda os alunos a identificar suas próprias áreas de melhoria (Vasconcelos; Lima, 2024). No entanto, as limitações em termos de formação docente e recursos ainda são barreiras que precisam ser superadas para que essas práticas sejam mais eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de aprendizagem é um campo em constante transformação, refletindo mudanças nas práticas educacionais e nas políticas públicas que orientam a educação em diferentes contextos. O artigo buscou analisar o estado do conhecimento sobre a avaliação, explorando seu histórico, o impacto das políticas públicas, as tendências emergentes e os desafios enfrentados na prática educativa. Entre as principais descobertas, destaca-se a evolução das práticas avaliativas, com a transição de modelos centrados exclusivamente em testes padronizados para abordagens mais dinâmicas e inclusivas, como as metodologias mistas e a avaliação formativa. A análise das políticas públicas revelou que, apesar de avanços significativos, ainda persistem desafios relacionados às desigualdades regionais e à integração efetiva entre as avaliações e as práticas pedagógicas.

As contribuições dos estudos revisados mostram que a avaliação, quando bem aplicada, tem o potencial de promover melhorias significativas na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. No entanto, é evidente que as limitações estruturais, como a formação inadequada dos docentes e a escassez de recursos, ainda dificultam a implementação plena de práticas avaliativas eficazes.

As implicações para a prática educacional são vastas. Os educadores podem utilizar os resultados deste estudo para refletir sobre suas próprias abordagens avaliativas e buscar um equilíbrio entre avaliação quantitativa e qualitativa. A adoção de práticas de avaliação formativa e feedback contínuo pode contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem mais significativa, onde os alunos são vistos como agentes ativos de seu próprio aprendizado. Além disso, é crucial que os docentes se envolvam com as políticas educacionais e entendam suas implicações para melhorar sua prática, especialmente em relação às exigências de avaliações padronizadas.

Os educadores também devem estar atentos às transformações tecnológicas, como o uso de plataformas digitais e a inteligência artificial, que oferecem novas possibilidades para personalizar e diversificar os processos de avaliação. A formação contínua dos professores é essencial para garantir que eles possuam as ferramentas necessárias para implementar essas práticas de forma eficaz e crítica.

Ainda que o estado do conhecimento sobre avaliação de aprendizagem tenha avançado consideravelmente, ainda há várias áreas que demandam investigação aprofundada. Uma delas é a análise dos impactos das políticas públicas em contextos educacionais vulneráveis, especialmente em regiões com escassez de recursos e infraestrutura adequada. Mais estudos sobre como as políticas de avaliação podem ser ajustadas para atender às necessidades desses contextos podem fornecer insights valiosos para a equidade educacional.

Além disso, é necessário explorar mais profundamente a integração entre avaliação e currículo, buscando compreender como as avaliações podem ser mais alinhadas às necessidades reais dos alunos e à formação de competências essenciais para o século XXI. Estudos que investiguem a experiência de professores que adotam abordagens inovadoras de avaliação, bem como os resultados de práticas avaliativas mais inclusivas e colaborativas, também são essenciais.

Por fim, a pesquisa sobre o uso de tecnologias emergentes na avaliação de aprendizagem, como inteligência artificial e aprendizado adaptativo, representa uma área promissora para o futuro da educação, demandando investigação tanto no desenvolvimento de ferramentas quanto na análise de sua eficácia pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; SANTOS, R. Desigualdade regional e avaliação educacional: um estudo comparativo. *Revista Brasileira de Políticas Educacionais*, v. 20, n. 3, p. 45-62, 2021.

ANDERSON, L. W.; KRATHWOHL, D. R. *A Taxonomy for Learning, Teaching, and Assessing: A Revision of Bloom's Taxonomy of Educational Objectives*. New York: Longman, 2001.

ANDERSON, L. W. *A Taxonomia de Bloom e a Avaliação Educacional*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SANTOS, A.M.; TWARDOWSKI, R.M.; CAETANO, A.A.S.; LEFFER, D.M.; ESCHER, A.A. Avaliação de aprendizagem: políticas públicas, a evolução das práticas e o estado do conhecimento. *Revista Nexus Interdisciplinar*, Natal/RN, v. 1, n. 2, p. 352-365, abr./jun., 2026

- ANDRADE, M. S. A autoavaliação como ferramenta pedagógica. *Educação em Perspectiva*, v. 9, n. 2, 2018.
- ANTÔNIO, M.; SILVA, T. A. *História e práticas da avaliação escolar*. São Paulo: Editora Educare, 2022.
- BLOOM, B. S. et al. *Taxonomy of Educational Objectives: The Classification of Educational Goals. Handbook I: Cognitive Domain*. New York: McKay, 1956.
- CUNHA, M.; REZENDE, P. Metodologias mistas em avaliação de aprendizagem: perspectivas e desafios. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 120-140, 2023.
- FERNANDES, D. *Avaliação educacional: algumas reflexões*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- FERNANDES, L. Abordagens qualitativas na avaliação escolar: uma revisão de literatura. *Cadernos de Avaliação Educacional*, v. 32, n. 4, p. 78-91, 2023.
- FREIRE, P. *Educação e reflexão crítica: novos caminhos*. Rio de Janeiro: Nova Educação, 2023.
- GONÇALVES, L.; LIMA, R. *Avaliação por competências: teoria e prática*. Belo Horizonte: Editora Aprender, 2021.
- LIMA, R. Práticas avaliativas: uma perspectiva histórica e atual. *Revista de Educação Contemporânea*, v. 12, n. 3, p. 45-67, 2021.
- LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARTINS, S. et al. Políticas de avaliação em contextos vulneráveis: um panorama crítico. *Estudos de Políticas Educacionais*, v. 15, n. 2, p. 34-50, 2023.
- MORAN, J. et al. *Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem*. São Paulo: Pearson, 2013.
- MORAN, J. A. O uso da tecnologia na educação: perspectivas e desafios. *Educação em Debate*, v. 42, n. 2, p. 110-124, 2020.
- NUNES, C. *Tecnologia e avaliação: novas fronteiras*. Porto Alegre: EducaTec, 2024.
- OLIVEIRA, R.; PEREIRA, H. Avaliação da aprendizagem: novos horizontes e práticas emergentes. *Revista de Estudos Educacionais*, v. 28, n. 2, p. 101-118, 2024.
- PEREIRA, A.; OLIVEIRA, M. *Críticas e propostas para a avaliação escolar*. Recife: Editora Saber, 2020.
- PIAGET, J. *A psicologia da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1971.
- ROGERS, C. *Freedom to Learn*. Columbus, OH: Merrill, 1969.
- SCRIVEN, M. *The Methodology of Evaluation*. AERA Monograph Series on Curriculum Evaluation, n. 1, 1967.
- SILVA, J. C. *Autoavaliação e autonomia estudantil*. Campinas: Editora Reflexão, 2022.
- SILVA, C. et al. Formação docente e políticas de avaliação: interseções e desafios. *Educação em Debate*, v. 17, n. 1, p. 88-104, 2022.
- SKINNER, B. F. *Science and Human Behavior*. New York: Macmillan, 1953.

SKINNER, B. F. A tecnologia da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

SOUSA, S.; OLIVEIRA, T. Histórico da avaliação no Brasil. *Revista de Políticas Educacionais*, v. 3, n. 1, 2020.

SOUSA, D.; MENEZES, T. Ensino para o teste: impactos e reflexões. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 25, n. 3, p. 50-70, 2023.

TAMAYO, M. *et al.* Avaliação adaptativa e suas implicações para a educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 1, p. 45-60, 2021.

VASCONCELOS, J.; LIMA, F. Feedback formativo e aprendizagem: contribuições para o ensino. *Revista de Educação e Desenvolvimento*, v. 20, n. 5, p. 72-89, 2024.

VYGOTSKY, L. S. *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: abril de 2026.